

O universo feminino sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX no olhar de Madame van Langendonck: perspectivas para estudos de gênero

Lisiane da Motta

RESUMO

O relato de Madame van Langendonck, uma viajante belga que veio ao Brasil com o intuito de fixar-se em terras no sul do país, constitui uma fonte histórica rica em detalhes sobre o universo feminino sul-rio-grandense do século XIX. A condição considerada respeitável de senhora européia vivida e culta possibilitou sua convivência com mulheres de várias etnias e condições sociais, resultando em um olhar minucioso sobre o cotidiano, costumes e valores vivenciados por tais mulheres, agentes históricos de um período de referências predominantemente eurocêtricas. Através de uma análise criteriosa, o uso desta narrativa traduz-se em um excelente recurso para estudos de gênero, pois propicia espaços para discussões sobre a relação entre homens e mulheres, não estabelecendo oposições binárias, mas adotando uma ótica estruturada em aspectos étnicos e sociais, bem como fatores como tempo e espaço.

Palavras-chave: Gênero. Viajante belga. Mulheres sul-rio-grandenses.

The South-Riograndense woman's universe on the 19th century by Madame van Langendonck's view: perspectives for genre studies

ABSTRACT

Madamme van Langendonck's statement, a Belgian traveler who came to Brazil with the objective to settle up in Southern Brazilian lands, is a detailed historical source on the 19th century South-Riograndense woman's universe. The considered respectful condition of this cultured European lady enabled her to stablish friendly relationship with women from different ethnic groups and social condition, resulting in a deep look over routines, habits and values of these women, who are historical agents in a mostly Eurocentric period. Through criterious analysis, the use of these reports serves as excellent resource for studies about genre, once it favours the discussion on the men and women relationships, not by stablishing binary oppositions, but rather by showing a view based on ethnical and social aspects, as well as on factors such as time and space.

Keywords: Genre. Belgian traveler. South-rio-grandense women.

Lisiane da Motta é especialista em Memória Social e Identidades pela Universidade Luterana do Brasil. Pesquisadora do Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural de Montenegro.

Endereço para correspondência: Rua Dr. Schmitz, nº 498. dBairro: Rui Barbosa. Montenegro/RS. Fone: (51) 3632.7432. E-mail: jilmotta@terra.com.br.

Orientadora: Professora Dra. Evangelia Aravanis.

Textura	Canoas	n.17	p.63-80	jan./jun. 2008
---------	--------	------	---------	----------------

O ambiente histórico brasileiro apresentado no século XIX, marcado por rupturas sócio-econômicas alimentadas pela quebra política com a Metrópole e a conseqüente posição do Brasil como uma nação independente (conquista gradual e de certa forma parcial), além da abertura dos portos para as “nações amigas” propiciou novas visitas e novos olhares de viajantes europeus sobre as terras brasileiras. A expansão capitalista e neocolonialista européia e o processo de independência política de vários países latino-americanos acontecidos na transição do século XVIII para o XIX, somados ao incipiente público leitor europeu, ávido por conhecer, através dos olhos dos viajantes, um Novo Mundo exótico e misterioso, contribuiu para que as produções culturais decorrentes destas verdadeiras aventuras obtivessem um grande êxito.

Em prol da ciência, das relações econômicas ou do simples espírito de aventura (muitas vezes usado como justificativa para interesses pessoais), estes “hóspedes do Brasil” registraram suas impressões sobre os lugares e pessoas com quem conviveram. Esta visão divulgada pelos viajantes impregnou o imaginário europeu e brasileiro com conceitos predominantemente eurocêntricos, centrando o eixo cultural do mundo na Europa. Os precursores destas viagens foram os ingleses, por conta das relações comerciais entre Grã-Bretanha e América do Sul, seguidos pelos franceses, alemães e holandeses, todos em busca de novos territórios em que a natureza pudesse ser fonte de desenvolvimento, desde que explorada por mãos e métodos apropriados, ou seja, europeus. Tais registros nos possibilitam várias interpretações, já que estas fontes não devem ser consideradas lentes mágicas de olhar o passado, mas como mecanismos de interpretação deste.

Desde que se aprenda a usá-los, os diários ou correspondências de viagens, *travelogues*, estão entre as mais eloqüentes fontes para a história cultural. Por “*travelogues*” quero dizer um relato periódico ou diário de viagem mantido por um viajante, em geral em um país estrangeiro, ou uma espécie de carta descrevendo suas impressões. A tentação, tanto para os historiadores, quanto para outros leitores, é imaginar-se olhando através dos olhos dos escritores, através de seus ouvidos e percebendo uma hoje remota cultura como realmente era. (BURKE, 2000, p.139)

Nestes relatos há uma grande carga de subjetividade, guiada por interesses e valores enraizados, ocultando ou enfatizando eventos acontecidos. Além de se resumirem a descrições objetivas ou superficiais das “novidades” que os seus autores presenciavam e de traduzirem idéias eurocêntricas sobre outras culturas, muitos visaram concretizar uma publicação e por isso seguiram normas literárias da época, buscando atingir um público leitor.

Na sua maioria homens, os visitantes das Províncias brasileiras percorreram extensas áreas e estabeleceram contatos com famílias, aldeias, flora e fauna exuberantes diante das que conheciam. Nomes como Auguste de Saint-Hilaire (1820-1821), Daniel Parish Kidder (1837-1840), Maximiliano Beschoren (1875-1887), Nicolau Dreys (1839), Aldomar A. Rückert (1827-1931), Joseph Hörmeyer (1850), Arsene Isabelle (1833-1834), A. Bagnet

(século XIX), entre muitos outros de uma grande lista, são constantemente lembrados e estudados com seus registros sobre o sul do país.

No Brasil oitocentista, na primeira metade do século, o número de mulheres viajantes era quase imperceptível, principalmente no que diz respeito às que publicaram suas narrativas. Esta “inexpressiva” participação certamente foi decorrente da grande distância que o universo feminino, de maneira geral, tinha do domínio da escrita e da leitura, fatores que contribuíam para a manutenção da condição subordinada da mulher na sociedade. As poucas que ousaram produzir literatura neste período continuavam no anonimato, pois para que pudessem publicar sua obra, creditavam a autoria a pseudônimos masculinos ou ao nome do marido.

Já na segunda metade do mesmo século, o número de mulheres viajantes conhecidas cresceu, provavelmente em decorrência do avanço nos transportes marítimos.

O aumento do número de mulheres-viajantes no século XIX parece ter resultado do desenvolvimento dos transportes transatlânticos, particularmente, de linhas regulares de navios à vapor, mais rápidos e mais baratos, entre a Europa e o Brasil. (ZUBARAN, 1999, p.14)

No entanto, entre os poucos exemplos de mulheres viajantes conhecidas, surgem nomes como Maria Graham (1821-1823) e Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck, mais conhecida como Madame van Langendonck. A primeira foi uma inglesa de grande cultura e de muitas viagens pelo mundo. Descreve principalmente a vida das famílias de elite com que teve contato (mantinha uma relação muito estreita com a Imperatriz Leopoldina), principalmente no Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador. Em relação à Madame van Langendonck, esta era uma belga com mais de 60 anos de idade, que vem ao Brasil com os emigrantes alemães, em 1857.

Atraída pela exuberância natural do sul do Brasil, onde ocuparia terras anunciadas pela grande propaganda colonialista divulgada na Europa, veio ao Brasil transgredindo a conduta e os limites femininos ideais daquele momento histórico: a casa, a família e sua terra natal.

Condigna da liberdade vigiada de uma viúva oitocentista pode viajar dispondo de uma maior autonomia, apesar da imprescindível companhia dos filhos, o que corrobora na necessidade de proteção e provimento masculinos sobre a mulher.

Em comparação aos relatos dos viajantes masculinos, a descrição das mulheres é bem mais minuciosa e crítica quanto ao ambiente doméstico, à convivência entre mulheres e homens, quanto ao cotidiano e às aspirações das famílias deste período. O fato de ser mulher permitiu um acesso mais amplo a essa “intimidade”, visto que no período havia uma “redoma sócio-cultural” que bloqueava o contato entre mulheres de “rótulos morais” (de acordo com os critérios da época) muito distintos, bem como o de homens desacompanhados, com mulheres casadas ou de famílias moralmente muito rígidas. Eis

então, que uma viajante estrangeira e de respeitável idade seria a intérprete ideal destas relações, apesar de sua evidente e irredutível visão colonial e eurocêntrica.

As viajantes [...] desfrutavam de oportunidades ímpares de acesso ao interior das casas, podendo manter conversas privadas com as mulheres da família e delas ouvir “as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada”. Perceptivas à condição de seu próprio sexo, elas conseguiam estabelecer contatos que iam além das aparências. Seus relatos costumam, portanto, fornecer valiosos *insights* sobre a vida feminina e os contrastes entre esta e a de suas conterrâneas. (QUINTANEIRO, 1995, p.43)

No presente estudo, esta convivência representa uma vantagem, visto que o mesmo abordará a representação feminina na descrição da referida viajante.

Os relatos da belga Madame van Langendonck são utilizados como fonte para a análise da visão que uma mulher viajante tinha a respeito de outras mulheres brasileiras, o que pretende ampliar o panorama de trabalhos que focam o cotidiano feminino da mulher brasileira no século XIX, que por ser tão vasto, permite que seja ramificada esta abordagem sobre gênero no período oitocentista. Neste caso, a narrativa, apesar de toda a subjetividade, apresenta um encontro entre a cultura européia e a da colônia e é possível transformar esta diversidade em um recurso vantajoso, pois o olhar de alguém alheio aos costumes brasileiros da época poderá destacar, de maneira minuciosa, relações conjugais, preconceitos étnicos e peculiaridades do cotidiano feminino das mulheres indígenas, negras e brancas, além de fornecer pistas sobre estereótipos de poder. Todo este diálogo permite transparecer, através das impressões, críticas e reflexões da viajante, o posicionamento da mulher européia diante da realidade oitocentista.

Para articular de forma mais concreta a narrativa de viagem de Madame van Langendonck, é preciso conhecer o conceito de gênero, ou seja, mapear as relações sociais entre homens e mulheres e interpretá-las considerando diferentes sociedades, épocas e culturas.

Assim, a tentativa de construir um conceito de gênero é um processo constante de amadurecimento de idéias e atitudes, pautadas e conduzidas por argumentações teóricas cada vez mais acirradas. Gênero é uma categoria relacional entre homens e mulheres, que distingue o campo biológico (sexo e as características físicas peculiares) do sócio-cultural (identidade de gênero). A esta distinção, não há espaço (ao menos considerando os âmbitos teóricos e os parâmetros que buscam igualdade social), para identidades culturais feminina ou masculina imutáveis, erroneamente amparados em propriedades biológicas. As construções culturais e sociais “adestraram” a sociedade para práticas que, na sua maioria, desqualificam e situam socialmente as mulheres em posições inferiores em relação aos homens.

As concepções relacionadas à diferença sexual tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção destas relações. Em outras palavras, assim como as idéias influenciam a vida das pessoas, as experiências e os elementos materiais da existência, por sua vez, influem na constituição do pensamento (moldando as formas de as (sic) pessoas interpretarem tudo o que relacionam de algum modo às diferenças sexuais). Gênero, portanto, refere-se tanto às idéias, concepções que têm como referência a diferença sexual (e que servem de base para outras interpretações do mundo), quanto às práticas sociais orientadas por estas idéias. (BASSANEZI, 1996, p.12)

As estruturas bastante acomodadas das identidades feminina e masculina ao longo do tempo propiciaram comportamentos e aspirações de diferentes níveis e intensidades, fortalecendo disputas por espaços de poder. Segundo Joan Scott (apud SOIHET, 1997, p.67), a primeira forma de poder da humanidade foram as relações de gênero, ou seja, a partir do convívio entre homens e mulheres, foram estabelecidas as relações de poder (informação oral¹). Gênero é uma categoria relacional, já que a própria palavra deriva do significado literário que significa “a que se refere”. Através dos estudos de gênero é possível estabelecer relações entre homens e mulheres em determinado tempo e espaço e, por isso, não devem ser consideradas, dentro deste conceito, oposições binárias. É preciso abordar a articulação entre homem e mulher e não rotular um ou outro com adjetivos de inferioridade ou superioridade.

A historiografia que foi produzida exclusivamente por homens, marginalizou a participação das mulheres como agentes históricos. Movimentos feministas que emergiram entre as décadas de 1960-70 ditavam um novo rumo para a escrita da história: clamavam por uma História das mulheres. No entanto, na década de 1980 surgiu a categoria gênero, visando um maior equilíbrio historiográfico, pois a mulher passa a ser um termo genérico, que, pela grande diversidade de etnias, condições, idades, etc., é mais ampla e convenientemente estudada quando comparada aos homens e não entre si.

Uma posição bastante sensata sugere que os estudos de gênero devem estar interligados com discussões étnicas e sociais. Tais conceitos, adequados a uma nova tendência histórica, não preocupada em sobrepor as mulheres, mas inclui-las permanentemente no processo histórico, certamente implementará os rumos historiográficos.

A maneira como essa nova história iria incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Além disso, na construção dessa nova história torna-se fundamental a articulação do gênero com a classe e a raça. O interesse por essas categorias assinala não apenas o compromisso dos historiadores com uma história que incluía a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram

¹ Na disciplina “A problemática de gênero e relações entre homens e mulheres no Brasil do século XIX e XX”, do Curso de Especialização em Memória Social e Identidades, na Universidade Luterana do Brasil, em 18 de novembro de 2006.

que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme esses três eixos. (SOIHET, 1997, p.63)

É tentando mergulhar neste emaranhado de estratégias de sobrevivência e de disputas de poder ambientadas no século XIX, que “usurpamos” os registros de Madame Langendonck em prol de uma breve análise, considerando a categoria gênero, do cotidiano das mulheres indígenas, negras escravas e brancas da elite.

Começamos com alguns comentários de Langendonck, sobre as mulheres indígenas e negras. Este contato com grupos de certa forma invisíveis socialmente foi de extrema importância, pois evidenciou rotinas familiares não registradas pelos viajantes masculinos, que então tiveram contato com as brancas da elite (a quem normalmente admiravam) ou, se conviveram com os indígenas e negros, nada ou pouco comunicaram a respeito das mulheres, as quais viam com desprezo e de pouca relevância para seus propósitos.

AS MULHERES INDÍGENAS

Madame Langendonck, apesar de estar à frente de muitos padrões femininos europeus da época, deixava transparecer em sua impressão sobre uma família indígena, a surpresa pelas características exóticas apresentadas pelo grupo:

Não longe de nós, veio a se estabelecer uma família de indígenas, composta por oito pessoas. Eram verdadeiros peles-vermelhas, de raça índia. A Sociedade empregava o marido, seus dois irmãos e os dois filhos de sua mulher, de quem ele era o segundo marido [...] (LANGENDONCK, 2002, p.61)

Da mesma forma, o trabalho mais representativo, feito exclusivamente pelos homens, mostra o compromisso masculino em prover a família, além da aculturação deste grupo diante das imposições de trabalho da colônia. A família numerosa e o grau de parentesco indicam a necessidade de união familiar, em prol da sobrevivência.

Neste grupo, com sua cultura indígena já bem infiltrada pela branca, havia mulheres de grande coragem, a qual era impulsionada pela insegurança da vida na floresta e pela constante ausência dos homens, que constituíam a força protetora à família e aos bens. Estes motivos levavam-nas ao domínio do uso de armas e, pela prática com estas, neste caso, dividiam com os homens a tarefa de proteger seus bens:

Por volta da meia-noite uma voz assustada, ainda vinda da floresta, gritou: –Senhor Léon,[...] Encontrou-se com as mulheres da família de Maximiliano que, carregadas com duas crianças e com tudo o que tinham de precioso, vinham se refugiar em nossa casa. Elas nos disseram que em torno de sua habitação rondavam homens de aspecto medonho e que emitiam gritos assustadores. Durante toda a noite,

havia disparado tiros de fuzil seguidos por um acompanhamento de horríveis clamores. Nenhum homem da família Nunez estava lá. Estas pobres mulheres, persuadidas de que sua choupana estava cercada por índios, escaparam nas trevas e guardavam com elas tudo o que haviam podido levar. **Estavam munidas de armas de fogo e de facas de caça; manejavam com perfeição estes brinquedinhos** (LANGENDONCK, 2002, p.77) [Grifo nosso].

Em relação à matriarca desta família, Sra. Nunez, apesar da condição de esposa dependente economicamente do marido, esta permeava instintos selvagens característicos (sob a ótica européia) da sua condição de indígena, quando desconfiada de uma suposta traição conjugal. Mesmo sendo vista com admiração pela viajante, no momento em que a Sra. Nunez externaliza sua indignação pela quebra da confiança conjugal, passa a ser “excessiva”, atestando a idéia, da parte da estrangeira, de que a mulher ideal deveria conter sua raiva e que talvez a traição do marido fosse um pormenor. Outro detalhe que a viajante deixa transparecer é sobre a aparência desta mulher, que talvez por seus traços indígenas (“legítimos peles-vermelhas, de raça índia”), configura uma pessoa de aspecto desagradável, que, sem a devida postura diante da atitude irresponsável do marido (que a princípio era somente imaginada por ela), torna-se quase um monstro, que rapidamente se recompõe após assumir uma postura mais controlada.

A Senhora Nunez era uma mulher singular: boa, generosa, compassiva, excessivamente prestimosa em seu estado normal, todas as suas qualidades desapareciam quando a sombra de uma suspeita sobre a fidelidade conjugal despertava nela. Então, de feia que era, ela se tornava medonha, sua cólera era excessiva. Todo argumento para acalmá-la era inútil; somente a violência das cenas que esgotavam suas forças a tornava razoável (LANGENDONCK, 2002, p.62)

Nesta mesma observação, fica transparente o critério de beleza empregado pela viajante, que então julga as mulheres brasileiras, que não as brancas, como feias, com uma exuberância que agride aos padrões do belo europeu. Neste sentido, o testemunho da viajante mulher se aproxima dos relatos de viajantes homens, que viam a indígena como inferiores na beleza e nas aptidões².

A Sra. Nunez, aos olhos de Madame van Langendonck, tinha muitas faces. Uma delas, talvez a mais surpreendente, era a de curandeira, a qual realmente colocou à prova a possível crença, por parte da viajante, da exclusividade e superioridade do conhecimento médico embasado na ciência³. Sendo esta uma área dominada por

² Joseph Hörmeyer, autor de “O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional” refere-se às mulheres indígenas, assim como a maioria dos demais viajantes, da seguinte maneira: “Suas mulheres [referindo aos nativos sul-rio-grandenses] são feias e fracas, visto que todos os trabalhos agrícolas e caseiros pesam somente a elas” (1986, p.79).

³ Conforme Maria Lucia Mott (2005, p.29), a partir do início do século XIX, a comunidade médica instituiu como ignorância toda e qualquer prática de cura, partos, boticas, pois estes procedimentos ameaçavam a superioridade de seu saber, além de constituir uma forte concorrência nesta área. No entanto, nem sempre os médicos tinham

homens, não dava créditos e não admitia a participação de mulheres neste ramo científico. Marginalizada era, também, a atuação de curandeiras e curandeiros, considerados pagãos, mesmo que a presença de médicos na colônia fosse algo raro ou inacessível. Outra manifestação curiosa é quanto à crença de que esta mulher, como curandeira, tinha poderes sobrenaturais, vistos como passíveis de interferir na vida ou morte dos doentes: “Esta mulher conhecia todos os segredos da flora medicinal das florestas. Tinha remédio para todos os sofrimentos físicos, realizava verdadeiramente curas espantosas” (LANGENDONCK, 2002, p.62).

Outra manifestação curiosa é quanto à crença de que esta mulher, como curandeira, tinha poderes sobrenaturais, vistos como passíveis de interferir na vida ou morte dos doentes. Segundo Madame (LANGENDONCK, 2002, p.6) o trabalho de cura era quase uma bruxaria, que provocava certamente o medo entre os moradores da região. De modo remoto, talvez a idéia traduzisse uma estratégia de dominação, muito cabível para uma mulher pobre, índia e considerada feia, numa sociedade em que os brancos dominam e a mulher não dispunha, na sua maioria, de voz ativa explícita.

Estas curas eram incríveis, impossíveis mesmo do ponto de vista da ciência. No entanto, elas são verdadeiras, e não são os únicos feitos inexplicáveis da Senhora Maximiliano. Por causa disso, sua cólera era temida, pois se estava persuadido (sic) de que o doente que ela se recusasse a tratar morreria. (LANGENDONCK, 2002, p.66)

Mesmo revelando atitudes rebeldes em relação à passividade feminina, a mulher dotada de “cólera temível” admitia sentimentos de inferioridade cultural e social para com a estrangeira. A Senhora Maximiliano (a própria referência no nome, por parte de Langendonck faz transparecer a aceitação do grau de dependência da esposa em relação ao marido) dava um tratamento diferenciado à viajante, como se fosse um compromisso agradar a alguém que representava o europeu civilizado.

Um dia, perguntei-lhes a razão da deferência que eles me testemunhavam. Era ao jantar; várias mulheres de colonos comiam ali em tigelas que mantinham sobre os joelhos, enquanto para mim se havia improvisado uma mesa, coberta com um tecido branco, e eu era servida em uma louça, mudada a cada prato. Fiz notar ao filho da Senhora Nunez que a maneira com que me serviam devia ferir os outros convidados. – **São apenas mulheres**, respondeu. – E eu sou o que então? – **A Senhora, mas a Senhora é uma dama, não há outra na floresta.** (LANGENDONCK, 2002, p.100) [grifo nosso]

acesso ao interior das casas para os atendimentos, pois a moral da época não aprovava tal invasão de privacidade. Outro fator que contribuía para a procura das práticas de curas “alternativas” eram os altos preços cobrados pelos médicos, o que costumava ser resolvido com um presente ou uma ajuda para os práticos.

Há de se considerar, ainda, a escassez de louças e talheres⁴, principalmente para uma família distante da vida da elite, o que indica que disponibilizar seus melhores utensílios de cozinha significava prestigiar a presença desta pessoa em sua casa, pois esta era uma mulher especial, uma europeia que ousou habitar o mesmo meio que eles, passando pelas mesmas dificuldades e muitas vezes assumindo sozinha o resguardo da casa e as tarefas decorrentes desta. Esta mescla de coragem e de nobreza abriu uma brecha para o entrosamento entre os componentes da família e a viajante, possibilitando transpor os limites da submissão e da inferioridade atribuído às demais mulheres da colônia.

AS MULHERES NEGRAS ESCRAVAS

A escravidão era uma faca de dois gumes para a Sra. van Langendonck. Ao mesmo tempo que repudiava os maus tratos e as excessivas desigualdades entre negros e brancos, considerava os negros como seres de alguma sorte, visto a “bondade” de alguns donos.

Flora era a escrava favorita da Senhora Guimaraes, nascida na casa de seu pai, que a destinou a sua filha no dia em que esta veio ao mundo. Flora tinha, então, doze anos. Imediatamente começou seu aprendizado, que faria dela uma criada perfeita. (LANGENDONCK, 2002, p.40)

O fato da escrava aprender as tarefas domésticas era visto como um presente da família a esta criatura destinada a servir sua proprietária, cujo pai, ao presentear-lá com uma escrava, tentava poupar a filha do trabalho doméstico, inoportuno para mulheres brancas e esposas de que dispusessem de algumas posses. O presente do pai protegia a filha de um julgamento negativo pela sociedade, pois o trabalho doméstico deveria ser vigiado pela senhora e nunca executado por ela. Assim também era cimentada a mentalidade de que a mulher branca servia para gerar os filhos, mas não para criá-los. Neste contexto o papel masculino também era preservado, pois diante de tais atitudes, o homem garantia sua supremacia, limitando o poder da esposa aos escravos domésticos e atestando que ele era um bom provedor, disponibilizando à família todo o conforto e o ócio possível.

É a esta opinião, a de que servir é a condição exclusiva dos escravos, que se deve a repugnância das moças do povo pelos trabalhos domésticos, e mesmo por qualquer trabalho. Elas não pretendem ser confundidas com negras, preferindo pedir à prostituição os meios de subsistência (LANGENDONCK, 2002, p.41)

⁴ As maneiras brasileiras durante as refeições foram, naturalmente, motivo de inúmeras apreciações. A penúria de talheres, sentida em toda a América Latina, obrigava, às vezes, a que apenas o visitante e as pessoas de posição desfrutassem da regalia de utilizar grafo ou faca. Tão consolidado estava no país o hábito de servir-se diretamente com as mãos – “as pinças naturais” – que a introdução de talheres originou divertidas confusões a respeito de seu correto emprego (QUINTANEIRO, 1995, p.208).

A escravidão doméstica era um campo de trabalho repudiado pelas mulheres da elite, pois era diretamente relacionado à escravidão e este era o grande problema em realizar muitas das tarefas de casa. Ser escrava era considerado muito pior do que ser prostituta, segundo a ótica da europeia, então influenciada pela crença de que o negro era a origem de muitos males, inclusive o da depravação, uma idéia infiltrada por este não ser restrito às tarefas da casa, mas às “necessidades” pessoais do dono⁵ (nestas muitas vezes encaixavam-se as de ordem sexuais) e as escravas eram o retrato desta submissão adicional.

Em resumo, suas qualidades faziam esquecer sua feiúra, que era repulsiva. No entanto esta mulher era mãe de um belo mulatinho de cinco anos, que não tinha nenhum traço do negro e que anunciava uma inteligência notável. A Senhora Guimarães se afeiçoara a seu pequeno escravo e queria colocá-lo em posição de ser livre um dia, fazendo-o aprender um ofício que lhe daria os meios de se resgatar (LANGENDONCK, 2002, p.41)

Como relata a viajante, as negras, apesar da feiúra⁶, tinham filhos com brancos⁷, que eram quase sempre o marido da sua senhora ou mesmo os filhos desta. Ao mencionar “uma inteligência notável” em relação a um filho de escrava, Madame von Langendonck parece fazer uma ligação entre esta aptidão da criança à sua cor (“não tinha nenhum traço do negro”), o que a senhora Guimarães entendeu como um sinal de que este seu provável parente por parte do marido, talvez) não deveria ser totalmente tratado como um escravo comum, mas como um “deslize” que precisava ser aceito e manipulado por ela.

Com a justificativa de que os negros eram objetos criados e mantidos para servir aos brancos, muitas escravas eram submetidas a humilhações e violências, o que não sensibilizava a elite, já que a condição de mulher e negra era suficiente para estar à mercê de atrocidades e castigos desmedidos. E assim era vista a relação entre negras e brancos:

Em uma casa onde me achava em visita, pouco tempo antes de minha partida do Brasil, fui testemunha de uma cena entre os filhos dos senhores e uma pequena escrava, cena de que apenas a lembrança me faz tremer de indignação e desgosto. E, no entanto, quando, muito emocionada, relatei isso a meus anfitriões, estes

⁵ “Acostumados a ver nos escravos bens pessoais, os senhores, mesmo que pobres, estendiam seu senhorio à esfera sexual, de maneira que não seria exagero dizer que a escravidão não raro implicava a possibilidade do concubinato, de chamegos entre amos e cativas, e por vezes de relações homossexuais com os cativos [...]” (VAINFAS, 1997, p.234).

⁶ Segundo Maria Angélica Zubaran (1999, p.18), a feiúra mencionada por Madame Langendonck está relacionada ao racismo biológico da segunda metade do século XIX e às teorias que sustentavam a inferioridade racial do negro.

⁷ Certos “arranjos familiares podiam também levar à convivência, sob o mesmo teto em que vivia a esposa legal e os herdeiros legítimos, de filhos naturais e de uma ou mais mulheres com as quais o chefe da família mantinha um relacionamento sexual, ocasional ou permanente. A historiografia confirma, através de pesquisas em testamentos, a incorporação de descendentes ilegítimos à família, alguns deles criados e amados pelo cônjuge sobrevivente, após o falecimento do pai ou mãe natural (QUINTANEIRA, 1995, p.121).

acolheram o relato com uma perfeita impassibilidade. – O que quer a senhora? disseram tranqüilamente, é coisa inevitável com os negros, é preciso tomar seu partido, pois em definitivo, não se pode prescindir deles, é preciso, apesar de tudo, ser servido (LANGENDONCK, 2002, p.41)

Não seria sensato negar envolvimento amoroso entre brancos e negras e negras e brancas. Estes existiram e foram vistos com repulsa, pois o negro era sinal de depravação e toda e qualquer relação mais profunda com esta etnia era sinônimo de recuo social, de uma afronta aos padrões eurocêntricos e racistas do século XIX. Madame Langendonck não fugia a estas concepções.

Que os negrófilos europeus não se indignem com as minhas livres apreciações. Mais do que qualquer um deles, indignei-me, de longe, contra a escravidão. Enderecei em prosa e em verso aos proprietários de escravos epístolas enternecedoras. Minha simpatia pelo povo negro era profunda, eu me compadeceia deste, censurava os brancos, com confiança, e certamente não foi sem luta que renunciei a minhas convicções. Mas depois que eu vi de perto os negros, dos dois sexos em diferentes condições fiquei firmemente persuadida de que a moralização, se não é impossível, exigirá vários séculos de esforços (LANGENDONCK, 2002, p.42)

AS MULHERES BRANCAS DA ELITE

Madame Longendonck, assim como os viajantes homens, tinha um acesso ainda maior aos lares que abrigavam as mulheres brancas, em sua maioria de boas a ótimas condições econômicas e algumas que ainda ostentavam status social.

A elite sustentava uma atmosfera de anistia que romantizava todo e qualquer ato ilícito ao se julgar pela moral. Aos “cortejos demasiados” bastava o casamento para remediar a situação.

Presume-se que o casamento com a sobrinha do major foi um pouco forçado. Ele havia cortejado demasiado seriamente, dizem, a sobrinha do major, e os brasileiros não permitem que as filhas sejam enganadas. (LANGENDONCK, 2002, p.38)

Assim, o casamento era literalmente o remédio para situações emergenciais e para garantir um futuro. As mulheres nasciam e viviam para o casamento, no qual tinham a única oportunidade de suas vidas, de mostrar suas aptidões (a de esposa). Desta maneira, desde adolescentes dedicavam-se a apurar-se à vida em sociedade, comunicando-se como verdadeiras damas, demonstrando tolerância a tudo e revelando seu lado caridoso, como se esta fosse uma válvula de escape para seu discreto intelecto. O treinamento começava na tenra idade, normalmente a partir dos treze anos.

Tendo em conta que essa maturidade para o casamento se dava entre os treze e quinze anos, em média, é provável que o acúmulo de adiposidades começasse bem cedo para a menina. E, casada, não existia modo mais lisonjeiro de reconhecer as riquezas do marido senão elogiando as gordurinhas adquiridas pela esposa, talvez um sinal do pouco que precisava trabalhar em casa, cercada por criados que atendiam a todos os seus desejos e da “boa vida” que **ele** lhe proporcionava. (QUINTANEIRA, 1995, p.195) [grifo nosso]

Suas vidas sedentárias contribuía para a deformação de seus corpos e de suas almas, pois sem atividades, além da de controlar os escravos próximos, tinham tendência à obesidade e nem sempre tinham com quem dividir o conhecimento adquirido antes do casamento (um dote intelectual para o marido e à boa educação dos filhos), pois as escravas, com raras exceções, eram alfabetizadas.

Sua mulher tinha vinte e dois anos: muito bela de rosto, de maneiras distintas e benevolentes, era, infelizmente, afligida por uma obesidade tal que ela temia encontrar-se, um dia, na impossibilidade de caminhar. Educada num pensionato no Rio de Janeiro, falava corretamente o francês e possuía vários talentos de sociedade. Esta senhora nos fez uma graciosa acolhida; ela nos entretinha à noite até o mais tarde possível, parecendo feliz por ver sua solidão um pouco animada. Em nossas conversas, em que sua sólida instrução se mostrava, iniciou-me nos hábitos, nos costumes, no caráter de seus compatriotas; sua indulgência para com tudo e com todos só é igualada a sua bondade qualidade bem rara em qualquer lugar. (LANGENDONCK, 2002, p.39)

Muitas faziam do lar um mundo particular, no qual dedicavam sua vida ao bem estar do marido e dos filhos, obcecadas pela perfeição instituídas pelo “manual da boa esposa”, que apesar de metafórico, era transmitido de mãe para filha, desde o nascimento das meninas.

O Senhor Delarue, homem amável e geralmente estimado, possui um tesouro cuja existência é posta em dúvida por todos aqueles que não estão excessivamente apaixonados. Esta coisa rara é simplesmente uma mulher perfeita. A Senhora Delarue, incontestavelmente bela, jovem, instruída, cheia de tato, bom gosto e com um grande coração, é ao mesmo tempo uma esposa encantadora e uma perfeita dona de casa. Nada na casa escapa a sua constante vigilância; tudo ali se faz segundo suas ordens; ela se ocupa dos mínimos detalhes, mas com tanta sabedoria, tanta amenidade, que seus empregados a adoram. Levantando-se com o raiar do dia, seu marido a encontra ao desjejum (às sete horas) em um elegante penhoar de musselina, cercada por seus três lindos filhos, tão bem cuidados quanto ela mesma. (LANGENDONCK, 2002, p.106)

Madame Langendonck comenta sobre a elegância da Sra. Delarue, exibida toda a manhã num penhoar de musselina. Assim, ser a esposa perfeita e ao mesmo tempo a eterna mulher sedutora para a visão do marido contribuía para a boa imagem do casal, o que foi obtido com sucesso no imaginário da viajante.

É preciso observar, ainda, que apenas de passagem, a crítica de Gilda de Mello e Souza à idéia de que à mulher caberia no século 19 um papel exclusivamente passivo sob a dominação masculina articulada à diferenciação sexual, argumentando que mesmo numa prática social de submissão das mulheres haveria a possibilidade destas desenvolverem um comportamento ativo. Por exemplo, na sedução de um companheiro para realizar seu casamento elas poderiam compor sua indumentária não só para atraí-lo, mas como uma forma de auto-expressão, podendo desenvolver com este procedimento um estilo de existência; e, já o casal formado, o encanto feminino e a determinação masculina se uniriam, se tornariam interdependentes e, sem romper com sua condição de subalterna, a mulher colhia frutos na cooperação com o marido no objetivo comum de ascensão social. (ALMEIDA, 2002, p.9)

Respeitar as regras de uma boa esposa era abrir o portal da amizade e da admiração do próximo. Madame Langendonck, com seus princípios europeus e de certo modo conservadores, transformou suas impressões em um cartão de visitas à Sra. Delarue, bem como deixou claro sua defesa e crença no casamento e deu indicações, em seu discurso, de sua admiração pelas mulheres descendentes de colonos alemães, nas quais depositava esperanças de progresso ou refinamento.

(...) Todos aqueles que conheciam esta mulher a amavam e, coisa rara, seu marido a apreciava. O Senhor Delarue era alemão, sua senhora nascera no Brasil, de colonos igualmente alemães. O **exemplo deste casal** devia despertar o **interesse para o casamento** nos mais egoístas, nos mais frios celibatários dos dois sexos. (LANGENDONCK, 2002, p.107) [grifo nosso]

No entanto, é preciso lembrar que este privilégio era legado a uma minoria, que teve a sorte de “conseguir um bom casamento”, o que identificava o casamento como uma opção inquestionável, que poderia ser revertida em uma prática favorável à imagem feminina.

Em alguns casos, como o dos colonos alemães, o casamento também era um esteio para o homem, que então garantiria, a partir de uma certa idade, a continuidade da família e o aumento dos bens. Assim, os filhos vinham logo depois do casamento, pois seriam mais braços para o trabalho e os bens adquiridos estariam garantidos com os herdeiros,

sendo estes preferencialmente oriundos de uma mãe também de mesma origem, pois eram estas⁸ as que garantidamente trabalhavam, não tinham os “vícios” das brasileiras “misturadas” e assim contribuiriam para atingir o sonho de constituir algum patrimônio no Brasil.

Posteriormente, compraram uma lancha e foram eles [referindo-se a colonos vizinhos] mesmos vender suas colheitas em várias cidades do interior, de maneira que quando seu filho **chegou à idade de casar**, eles lhe deram uma das três colônias que haviam juntado à primeira. O rapaz, tão organizado, tão laborioso quanto seu pai, casou-se com uma moça nascida no Brasil de pais alemães. **O jovem casal, continuando as tradições paternas**, adquirira uma bela riqueza e realizava verdadeiramente esta fabulosa e poética felicidade da idade do ouro. (LANGENDONCK, 2002, p.44) [grifo nosso]

Em muitas famílias, o trabalho masculino era fundamental, mesmo que para conseguí-lo fosse preciso desapegar-se de uma porção de terras:

No momento em que nos separamos dessa boa gente, eles perguntaram aonde íamos: quando souberam que íamos às altas terras recém concedidas, menearam a cabeça. – Mau, mau, dizia o velho, mau; mas acrescentou, se querem terras, fiquem conosco, nós as temos suficientes para lhes dar bastante. **Não temos filho homem, e esses rapazes serão nossos filhos.** (LANGENDONCK, 2002, p.36) [grifo nosso]

Em algumas vezes, diante de poucos braços, escassos recursos e muito trabalho, a pressão pela sobrevivência e pela incapacidade de proporcionar boa vida à família era desesperadora:

– Meu Deus, senhora [neste caso, Langendonck], que fiz deixando a Holanda, onde tinha assegurado meu pão? Jamais poderei, sozinho, ganhar, aqui a vida, para minha mulher e dentro em breve, quatro filhos. (LANGENDONCK, 2002, p.59)

Diante de tantas dificuldades, as mulheres não viam outra alternativa, senão contar com outros provedores para sua prole:

Três meses depois [da morte do marido, autor da fala da citação anterior], passadas

⁸ Conforme estudos de Maria Clara Mocelin (1995, p.322), sobre os colonos italianos no sul do Brasil, as características físicas (o corpo) das mulheres “ideais” da região colonial eram a cintura grossa, a robustez e a cor rosada, demonstrando capacidade para o trabalho e a procriação. Para o ambiente urbano, a mulher “ideal” era a de cintura fina, de características desvinculadas do pesado trabalho rural.

apenas algumas semanas depois de dar à luz, ela se casou novamente com um alemão, que a faz feliz, trabalha bem e substitui tanto quanto possível, junto aos órfãos, o pai que eles perderam. (LANGENDONCK, 2002, p.60)

Outro exemplo deixado por Langendonck sobre as mulheres brancas era a da senhora Einzelmann:

O doutor Einzelmann era o médico da moda em Porto Alegre: havia desposado uma brasileira, a quem ele literalmente adorava. Seu amor violento resistira a seis anos de casamento: parecia mesmo aumentar ainda mais. A Senhora Einzelmann tinha apenas vinte e três anos, gostava da vida de sociedade, onde era admirada: seu marido, ainda que de uma saúde frágil e apesar das fadigas de sua profissão, acompanhava-a por toda a parte, mesmo nos bailes, onde certamente só dançava para ser agradável a sua mulher. Não sei se a Senhora Einzelmann partilhava toda esta paixão; ela era pouco expansiva. No fundo, se não era louca por seu marido, tinha por ele uma afeição sincera e profunda; sua conduta como mulher era exemplar e não dava lugar a nenhuma sombra de maledicência. Ela recebia poucas pessoas; homens, nunca, exceto aqueles que acompanhavam suas esposas. Creio que, agindo assim, queria evitar ofender o médico que, no entanto, vivendo por e para sua mulher, raramente se mostrava ciumento. (LANGENDONCK, 2002, p.108)

Esta mulher retratou uma espécie de relacionamento bem comum na alta sociedade de Porto Alegre. Mesmo não demonstrando (na época também não era de bom tom demonstrar certos afetos diante de visitas) grandes sentimentos amorosos por seu marido médico, tratava-o com todo o respeito, nunca recebendo homens quando sozinha, pois este procedimento não só afetaria sua reputação, mas a honra e a profissão respeitável do marido. Seu comportamento exemplar era um pré-requisito para que o médico alimentasse o seu “violento amor” pela esposa e, “mesmo com a saúde frágil e cansado”, acompanhava-a aos bailes, muito apreciados pela mesma. Esta situação pode ser vista quase como uma troca de conveniências, pois a mulher sustenta a imagem indestrutível do marido, enquanto este a deixa escoar sua juventude em festas e passeios também acompanhados (controlados) pelo próprio, ocasião em que ele pode exibir sua moral irrefutável e ela pode mostrar-se tranqüila por ter aderido a uma das mais confortáveis situações femininas à sua escolha: o casamento com um homem de prestígio e dedicado.

A viajante também demonstrou sua intolerância em relação ao uso das festas populares ou religiosas, por parte das mulheres urbanas, como ponto de encontro para conversas e futilidades, indo contra a sua seriedade religiosa. Ela critica o tumulto que perturbava a concentração dos fiéis e os trajes inadequados e quase ofensivos das mulheres para os cultos religiosos. Este comentário deixou claro que a reclusão das mulheres era “afrouxada” durante datas comemorativas e que estas faziam uso destas oportunidades de saída para extravasar toda sua necessidade de sociabilidade, emperrada pelos rígidos padrões morais de então. Aliviadas da força destas normas, aproveitavam para usar

seus vestidos mais vistosos e seus penteados mais caprichados. As jóias, para quem as possuía, não poderiam ser esquecidas, pois incrementavam as verdadeiras vitrines vivas em que se transformavam estas damas. Todo este resplendor era permitido por parte dos homens, já que estes certamente sentiam-se orgulhosos em ser a fonte de tanta fartura proporcionada pelo dinheiro.

(...) no Brasil as igrejas estão em festa nesse dia. Sua iluminação ofusca: as portas escancaradas deixam entrar os ruídos do tumulto da rua. As damas, em *toilettes* resplendentes, fazem-se notar pelo recorte do vestido, que descobre os ombros. Braços nus e cabelos penteados, elas parecem prontas para o baile. Embora suntuosamente vestidas, sentam-se no chão. Algumas se colocam sobre os degraus do altar, com as costas viradas para o Tabernáculo: ali conversam, riem, comem docinhos, e certamente nenhuma pensa na solenidade do dia, da qual certamente não compreendem nada. Para elas a igreja é, nesse dia, um lugar de reunião, onde as combina como se rever nas procissões da Sexta-feira Santa e naquela da Ressurreição. (LANGENDONCK, 2002, p.112)

A Sra. Langendonck, em sua posição de viúva, desfrutava de grande respeito junto a senhores influentes e ilustres, que lhe proporcionavam estadia e as regalias dignas de uma mãe:

O Senhor d'Ornano vivia há vários anos com sua irmã. Esta, não agüentando as saudades, retornou à Córsega. O cônsul então se achou sozinho em uma casa imensa e me conjurou a aceitar a acolhida em sua casa enquanto esperava meu embarque para a Europa. Durante vários meses desfrutei da hospitalidade do Barão d'Ornano, vice-cônsul da França em Porto Alegre. Nunca, durante esse tempo, ele renunciou a seu comportamento delicado e benevolente. Um caráter igual ao seu é coisa rara: encontrei bem poucos. Ele me honrava com o respeito de um filho por sua mãe: afável e atencioso, estava sempre disposto a me acompanhar. Apresentava-me a seus amigos com palavras tão elogiosas que chegavam a me encabular. Enfim, o Senhor d'Ornano oferecia o protótipo perfeito desses cavalheiros de velha linhagem entre os quais a urbanidade e a polidez eram inerentes a sua natureza e que nunca se esquecem de que *Noblesse oblige*⁹. (LANGENDONCK, 2002, p.111)

O título de Barão fazia jus ao tratamento delicado com damas da sociedade, e uma senhora com idade de sessenta anos, de origem européia deveria ser tratada com o maior respeito, pois sua impressão refletiria inclusive em sua pretensa publicação, da qual ele provavelmente passou a ter conhecimento. A ausência, nesta ocasião, dos filhos da viajante, provavelmente deve ter aumentado sua percepção quanto ao grau de delicadeza do barão, que lhe proporcionando todo o bem estar, ocupou o lugar da figura masculina

⁹ De acordo com a nota da tradutora (2002, p.111) dos relatos da viajante em questão, esta expressão significa "quem é nobre deve agir com nobreza".

em sua vida e lhe forneceu todo o amparo e segurança, inclusive a seus filhos. A gratidão a este homem era imensa, pois contribuiu para que sua partida fosse em parte tranqüila, com um filho prestes a casar com uma alemã (portanto reunia todos os requisitos para uma vida feliz, de acordo com a mentalidade da belga) e outro, em parte, encaminhado profissionalmente (o que ela acreditava que resultaria em um bom futuro).

Graças à influência do Senhor Barão d’Ornano e as sua bondade para conosco, o futuro de meus filhos estava quase sendo assegurado contra todas as eventualidades da emigração: o caçula ia casar com uma jovem alemã que, espero, me substitua junto a ele. O mais velho tinha a perspectiva de se ocupar em uma delimitação de terrenos virgens durante meses, talvez durante dois anos, de maneira que, não sendo minha presença indispensável nem para um nem para outro, ocupei-me seriamente com minha partida, que o Senhor d’Ornano também quis facilitar (LANGENDONCK, 2002, p.114)

Assim, Marie Barbe van Langendonck volta à Europa em 1860, depois de dois anos de permanência no Brasil. Sua narrativa foi publicada na Bélgica em 1862, gerando o livro que constituiu fonte para este artigo. Em 1863 ela volta ao Brasil, para ter contato com os filhos e com esta terra pela qual se afeiçoou.

Seu livro rende muitos outros estudos, que com toda a riqueza de detalhes e todo o convívio que teve com diversas classes sociais da época, permite-nos viajar por mundos variados, onde a mulher é uma das principais protagonistas. Sua natureza sedenta por conhecer os pormenores desta terra, então ainda desconhecida em parte, possibilita alcançar cotidianos ofuscados pelo preconceito e pelas rígidas regras sociais do período. É notório que suas palavras estão carregadas de emoções e impressões às vezes distorcidas, até mesmo pelo tempo passado entre a vivência e a escrita, o que faz do seu relato apenas uma coletânea do que mais lhe marcou. Estes sentimentos transcritos são muito expressivos, principalmente no que diz respeito ao universo feminino e suas estratégias de sobrevivência numa sociedade onde a mulher era um protagonista ativo anônimo de nossa história. Por isso, constitui uma fonte de pistas convidativas para cada vez mais aproximar historiadores da intrigante e ainda jovem pesquisa sobre gênero em nossa região.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adilson José de. *Vestuário e gênero: história e sexo*. Disponível em: <<http://www.unip.br/nidem/historiasexo.htm>> Acesso em: 25 jan. 2002.
- BAGET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Traduzido por Maria Alves Muller. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. Tradução de: *Voyage au Rio Grande do Sul*, extraído de *Voyage au Rio Grande do Sul e au Paraguay*, precede d’une notice historique sur la découverte du Brésil, publicado na Bélgica em 1874.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Traduzido por Ernestine Marie Bergman e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. Tradução de: Berträge zur nahern der Brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul.

BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio-Grande de São Pedro do Sul*. 4.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1990.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzato, 1986.

ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1833-1834*. Traduzido por Dante de Laytano. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*. Traduzido por Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LANGENDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul em 1862*. Traduzido por Paula Berinson. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Tradução de: Une colonie au Brésil: récits historiques.

MOCELIN, Maria Clara. O corpo em evidência: Colonos italianos no sul do Brasil. In: LEAL, Ondina Fachel (org.). *Corpo e significado*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995, p.193-205.

MOTT, Maria Lucia. Uma parteira diplomada. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 21, p.28-31, jul. 2005.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: a brasileira vista por viajeiros ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Traduzido por Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. Tradução de Voyage à Rio Grande do Sul. (Reconquista do Brasil, n.10).

SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia*. São Paulo: Educ, 1997, p.54-82.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades basilicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v.1, p.221-73, 1997.

ZUBARAN, Maria Angélica. Uma viajante belga no Rio Grande do Sul oitocentista: eurocentrismo e transculturação. *Textura*, Canoas, n.3, p.13-22, jul./dez. 2000.

_____. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, n.12, dez. 1999.